

Thomas Cochrane e as presas de guerra em Guayaquil e no Brasil*

Thomas Cochrane and the prizes of war in Guayaquil and Brazil

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Doutor em História Cultural. Capitão-Tenente (T). Professor da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE).

RESUMO

No início de 1822, o Capitán de Navío da Armada espanhola José Villegas Y Córdoba rendeu-se, entregando na Província Livre de Guayaquil três navios sob seu comando: as Fragatas *Prueba* e *Venganza* e a Corveta *Emperador Alejandro*. Tal rendição se deu após uma insistente perseguição, que já durava alguns meses, encetada pelo Vice-Almirante Thomas Cochrane, comandante das Forças Navais chilenas. Contudo, autoridades peruanas presentes em Guayaquil conseguiram por meio de negociações que os três navios passassem à posse da Marinha do Peru, o que gerou uma série de conflitos entre Thomas Cochrane e as autoridades peruanas. Pouco menos de um ano após esse episódio, Cochrane comandaria a Força Naval do Império do Brasil em sua luta pela independência de Portugal. Com uma campanha naval exitosa, o Primeiro-Almirante Thomas Cochrane comandou o apresamento de mais de 80 navios mercantes e de guerra portugueses, porém, novamente, seus interesses relacionados às presas de guerra foram frustrados por decisões conflitantes advindas do Governo Imperial brasileiro, desencadeando uma longa disputa judicial entre o chefe naval escocês e o governo brasileiro que durou cinco décadas. O objetivo deste artigo é realizar um paralelo entre as demandas por presas da guerra naval feitas por Cochrane com relação aos navios espanhóis que se renderam em Guayaquil, em 1822, e os navios portugueses apresados por ele, em 1823, durante a campanha de independência do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Thomas Cochrane; presas de guerra; Guayaquil; Brasil

ABSTRACT

At the beginning of 1822 the Captain of the Spanish Navy José Villegas Y Córdoba surrendered, delivering in the Free Province of Guayaquil three ships under his command: the Frigates Prueba and Venganza and the Corvette Emperador Alejandro. This surrender came after an insistent persecution, which had lasted for some months, initiated by Vice Admiral Thomas Cochrane, commander of the Chilean naval forces. However, Peruvian authorities present in Guayaquil managed, through negotiations, to have the three ships taken over by the Peruvian Navy, which generated a series of conflicts between Thomas Cochrane and the Peruvian authorities. A little less than a year after this episode, Cochrane would command the Naval Force of the Brazilian Empire in its struggle for independence from Portugal. With a successful naval campaign, the First Admiral Thomas Cochrane, commanded the seizure of more than 80 Portuguese merchant ships and warships, however, again his interests related to prizes of war were thwarted by conflicting decisions from the Brazilian imperial government, triggering a long legal dispute between the Scottish naval chief and the Brazilian government that spanned five decades. The purpose of this article is to draw a parallel between the demands for prizes of the naval war made by Cochrane in relation to the Spanish ships that surrendered in Guayaquil in 1822, and the Portuguese ships arrested by him in 1823 during the Brazilian independence campaign.

KEYWORDS: Thomas Cochrane; Prizes of war; Guayaquil; Brazil

*Artigo recebido em 26 de janeiro de 2022 e aprovado para publicação em 04 de abril de 2022.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 18, nº 35, p. 45-56 – 2022.

INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre as conexões que poderiam existir entre a história marítima de Guayaquil e a do Brasil, em um primeiro momento, podemos ser levados a crer na inexistência da relação entre tais histórias, no entanto, quando aprofundamos nosso olhar a respeito do tema percebemos que possuímos muito mais elementos conexos do que imaginamos. Esse aprofundamento do olhar nos leva a ver que, dentre tais elementos, as ações de um indivíduo se destacaram, tendo sido ele protagonista em episódios da história naval dos movimentos de libertação da América nos dois oceanos (Pacífico e Atlântico). Tal homem é o britânico Lord Thomas Cochrane, cuja vida conecta não apenas Guayaquil e Brasil, mas também as histórias do Peru, Chile, Espanha, Portugal e Grã-Bretanha.

Inegavelmente, dois aspectos da vida de Thomas Cochrane estão fora de questão: seus grandes êxitos navais nas Marinhas em que esteve a serviço e as variadas polêmicas nas quais se envolveu durante sua trajetória (MARIZ, 2005).

Em 15 de fevereiro de 1822, nos derradeiros momentos das lutas pela independência da América Espanhola, o Capitán de Navío Graduado da Armada espanhola José Villegas Y Córdoba rendeu-se, entregando na Província Livre de Guayaquil três belonaves sob seu comando: as Fragatas *Prueba* e *Venganza* e a Corveta *Emperador Alejandro*. Tais navios de guerra espanhóis foram os últimos a se renderem nesta campanha naval.

Tal rendição se deu após uma insistente perseguição, que já durava alguns meses, encetada pelo comandante das Forças Navais chilenas, Almirante Lord Thomas Cochrane (contratado pelos chilenos em 1818). O comandante espanhol Villegas, diante da escassez de gêneros alimentícios e sob o intenso assédio de Cochrane (ARANA, 2005,

p. 650), decidiu render-se, mas em vez de entregar-se ao almirante escocês optou por fazê-lo às autoridades de Guayaquil.

Os três navios passaram à posse da Marinha do Peru, que neles içou seu pavilhão. Tal episódio gerou uma série de conflitos entre Thomas Cochrane e as autoridades peruanas, já que o comandante a serviço da Marinha chilena se via com o direito da posse dos navios *Prueba*, *Venganza* e *Emperador Alejandro*, considerando-os suas presas de guerra.

Pouco menos de um ano após esse episódio, já estando consolidada a Independência do Chile, Thomas Cochrane teria seus serviços requisitados pelo Império do Brasil a fim de comandar a Força Naval desta nova nação sul-americana em sua luta pela independência de Portugal. Com uma campanha naval extremamente bem-sucedida, o Primeiro-Almirante Thomas Cochrane comandou o apresamento de mais de 80 navios mercantes e de guerra portugueses, porém, novamente, seus interesses relacionados às presas de guerra foram frustrados por decisões conflitantes advindas do Governo Imperial brasileiro, levando a uma longa disputa entre o Almirante Cochrane e o governo brasileiro, a qual só foi resolvida cinco décadas depois através de arbitragem internacional e com o chefe naval britânico já falecido.

Buscarei, no presente artigo, realizar um paralelo entre as demandas por presas da guerra naval requeridas por Cochrane com relação aos navios espanhóis que se renderam em Guayaquil, em 1822, após sua perseguição, e os navios portugueses apresados por ele, em 1823, durante a campanha de independência do Brasil.

A DISPUTA PELAS FRAGATAS PRUEBA E VENGANZA: O PAPEL DA PROVÍNCIA LIVRE DE GUAYAQUIL

No final do ano de 1818, poucos dias antes de completar 43 anos de idade, Tho-

mas Cochrane chegou a Valparaíso, no Chile, com sua esposa e dois filhos. José Antonio Álvarez Condarco, a mando do General Bernardo O'Higgins, havia contratado Cochrane para reorganizar a Marinha chilena, nomeando-o Vice-Almirante e dando-lhe a missão de combater as Forças Navais espanholas no Pacífico, a fim de consolidar a independência.

Em suas quatro décadas de existência, Cochrane trazia na bagagem mais de 15 anos de serviços à Marinha Real britânica, dos quais se destacavam bem-sucedidas campanhas navais contra os franceses nas guerras napoleônicas, o que contribuiu para sua contratação pelos chilenos. Apesar disso, sua carreira naval na Inglaterra fora maculada por sua demissão da Marinha Real em 1814 por, supostamente, ter participado de um esquema de fraude na Bolsa de Valores, quando fazia parte do parlamento britânico (MARIZ, 2005, pp. 12-13).

A participação nas guerras de independência da América do Sul foi, sob um olhar retrospectivo, uma redenção em sua carreira naval, que lhe permitiu alcançar mais fama por sua atuação nos mares do sul e, inclusive, ser reintegrado à Marinha Real britânica na década de 1830, após uma rápida passagem na Marinha da Grécia em sua luta pela independência do Império Otomano (CAMINHA, 1989, p. 25).

Nos quatro anos em que serviu à Armada chilena, o almirante escocês alcançou estatuto de herói a ponto de, até hoje, seu nome batizar navios de guerra daquele país. No sítio eletrônico da Armada do Chile, a biografia de Cochrane começa com os seguintes termos: "Es el primer Vicealmirante de Chile y uno de los fundadores de la Marina Nacional; el hombre que le dio más gloria y tradición a la Armada en el período de incipiente Independencia, destruyendo el poder naval de España en el Pacífico y logrando con ello la emancipación del Perú"¹.

Tais palavras efusivas podem ser mais bem compreendidas quando elencados alguns dos feitos navais das forças chilenas a serviço de Cochrane que determinaram o domínio do mar por parte da Esquadra sob seu comando, por exemplo: a tomada de Corral e Valdívía, o apoio naval à Expedição Libertadora do Peru, o bloqueio naval de El Callao e a captura da Fragata Esmeralda, a qual sob bandeira chilena foi rebatizada de Valdívía.

No princípio de 1822, algumas poucas unidades navais espanholas ainda eram encaradas por Cochrane como uma ameaça à consolidação da independência do Chile, Grã-Colômbia e Peru, principalmente desta última nação que ainda contava com focos de resistência leais à Coroa espanhola.

Esses navios eram a Fragata *Prueba* (comandada por José Villegas Y Córdoba) e a Fragata *Venganza* (comandada pelo Capitão de Fragata José Joaquín Soroa). As fragatas espanholas há meses resistiam ao bloqueio naval estabelecido pelas Forças Navais chilenas. A proclamação da independência do Peru, até então, principal reduto da resistência realista na América, tornou a situação das tripulações espanholas bastante delicada. A permanência em El Callao não era mais sustentável aos navios de guerra espanhóis remanescentes, de modo que tentaram guarida em outras localidades com simpatias realistas, como o Panamá (ARANA, 2005, p. 161). Mas também, em 1821, a região do Panamá foi retirada das mãos da Coroa espanhola com sua anexação à Grã-Colômbia Independente.

Primeiramente, as fragatas buscaram refúgio na Ilha Taboga, no Panamá, depois navegaram para o sul, até Atacames, onde juntaram-se a elas a Corveta *Emperador Alejandro*, um antigo navio mercante armado de bandeira inglesa tomado pelos espanhóis em 1821 (ARANA, 2005, p. 466).

Foi quando se deu uma curiosa reviravolta no quadro dos acontecimentos na-

vais. O Capitán de Navío Graduado José Villegas Y Córdoba, comandante da *Prueba* e oficial de maior graduação, tendo, desse modo, sob seu mando, as belonaves espanholas, partiu rumo à Província Livre de Guayaquil. Ao tomar conhecimento de tal informação, o Vice-Almirante Thomas Cochrane pôs-se ao mar com sua Força Naval, partindo de Acapulco, com o intento de interceptar e capturar os derradeiros navios de guerra espanhóis em operação na costa ocidental da América do Sul.

É provável que a decisão dos espanhóis de rumar a Guayaquil tinha por finalidade bloquear o porto e conseguir suprimentos para que, em seguida, os navios pudessem partir para Manila, nas Filipinas. Chegaram, assim, em janeiro de 1822, nas proximidades do porto de Guayaquil. Os navios espanhóis, então, fundearam próximo à Ilha de Puna, tendo iniciado contatos e negociações com as autoridades guayaquilenhas (VILLAMIL, 1983, p. 72).

Sabedores do possível deslocamento da Esquadra de Cochrane que visava neutralizar os navios espanhóis, a cidade de Guayaquil usou de um subterfúgio na negociação com os Capitães Villegas e Soroa: alegou-se que estavam em correspondência com Lord Cochrane, o qual já se achava próximo a Guayaquil com sua Força Naval. Mesmo com a resistência de alguns homens das tripulações, a informação da aproximação dos navios chilenos acelerou a tomada de decisão dos comandantes espanhóis, os quais acordaram sua rendição com representantes do Peru em Guayaquil, em termos que seriam favoráveis a ambas as partes.

Nos dias 15 e 16 de fevereiro, foi firmado e ratificado o acordo que previa a entrega dos navios ao Peru e em troca o governo peruano pagaria aos oficiais e tripulações espanholas seus soldos em atraso, além de permitir àqueles que desejassem permanecer na América o gozo de todos os

direitos e privilégios da cidadania peruana e o serviço à Marinha deste país, e àqueles que desejassem retornar à Europa, seriam levados às expensas do Peru.

A Marinha do Peru, que havia sido criada há apenas alguns meses, no ano de 1821 (MELO, 1980, p. 160), recebeu, então, das autoridades de Guayaquil os navios rendidos. Coincidentemente, o presidente do Peru era o famoso General argentino José de San Martín, o qual, desde a Expedição Libertadora do Peru, tivera severos desentendimentos quanto às operações bélicas e à condução das guerras de independência com o Almirante Cochrane. A relação entre esses chefes militares se pautaria a partir de então por muitas e reiteradas acusações mútuas.

Quando, finalmente, em 10 de março, Cochrane chegou a Guayaquil, foi informado do resultado das negociações entre os comandantes dos navios espanhóis e os representantes da Província Livre de Guayaquil e do governo peruano. No porto de Guayaquil permanecia apenas a Fragata *Venganza* e a Corveta *Emperador Alejandro*, pois a *Prueba* já havia partido para El Callao, onde seria rebatizada como *Protector*. A permanência dos outros dois navios em Guayaquil decorria da necessidade de realização de reparos nos mesmos, mas já tremulava no mastro da *Venganza* a bandeira peruana.

Tais informações incomodaram sobremaneira o almirante escocês, que não aceitou o resultado das negociações intermediadas pela Junta de Governo de Guayaquil entre os representantes peruanos e o Comandante Villegas.

Para Cochrane, as naves espanholas deveriam ser consideradas suas presas de guerra, pois há tempos sua Esquadra acosava-as pelo Pacífico, e o almirante interpretava que sua rendição em Guayaquil se dera exclusivamente pelo fato de já não poderem mais resistir ao bloqueio que a Força Naval libertadora chilena lhes infligia.

Inconformado com o rumo dos acontecimentos e tendo diante de si a *Venganza*, Cochrane determinou a um de seus oficiais, o Capitão Thomas Crosbie, que embarcasse naquela Fragata, e içasse o pavilhão chileno ao lado do peruano no dito navio (COCHRANE, 1859, p. 187), o que foi cumprido na manhã do dia 14 de março (VALENZUELA, 2019, p. 14). Tal ação alarmou a junta governativa e a população de Guayaquil, pois poderia ser o estopim para um confronto armado que envolveria chilenos, peruanos e guayaquilenhos, haja vista os ânimos exaltados de Cochrane e os crescentes desentendimentos deste com San Martín.

Rapidamente, os governantes de Guayaquil agiram para acalmar a situação e entraram em negociações com Lord Cochrane. Ao mesmo tempo, prepararam as defesas da cidade com algumas peças de artilharia e homens de infantaria no porto defronte aos navios chilenos, temendo um possível desembarque hostil. Felizmente, não foi necessário fazer uso das tropas, pois um convênio foi firmado entre o comandante das Forças Navais chilenas e as autoridades de Guayaquil. Por tal acordo, concordava-se em restituir a Corveta *Emperador Alejandro* aos seus antigos donos particulares e seria içado o pavilhão da Província Livre de Guayaquil na *Venganza* até que os governos do Chile e do Peru decidissem seu destino.

Para Thomas Cochrane, a negociação ocorrida em Guayaquil em fevereiro teria sido uma traição peruana ao Chile, além de uma afronta a sua pessoa (COCHRANE, 1859, pp. 188-192). Assim, resolveu navegar até El Callao para reclamar oficialmente junto ao governo peruano a agora Fragata *Protector* (antiga *Prueba*) e a *Venganza* como suas presas de guerra, lá chegando em 25 de abril.

Chegando ao Peru, foi negada à Força Naval chilena permissão para fazer aqua-

da e adquirir víveres. Além disso, foi embarcada na fragata em disputa uma tropa de infantaria peruana para resistir a uma possível tentativa de abordagem, tendo ainda sido guarnecidas as peças de artilharia dos fortes. Tais atos hostis encolerizaram Cochrane, o que foi maximizado nos dias subseqüentes com a chegada no porto de dois navios anteriormente chilenos e que agora ostentavam a bandeira peruana (a Corveta *Limeña* e a Goleta *Montezuma*), os quais não saudaram a insígnia do almirante, tendo para tal justificado que haviam sido postos às ordens de San Martín.

Inconformado, Cochrane determinou a abordagem da *Montezuma*. Após a abordagem chilena foi ordenado que seus oficiais desembarcassem em terra e trocou-se o pavilhão peruano pelo chileno no navio. Diante dos novos acontecimentos, a Força Naval peruana acreditava em um confronto armado inevitável pelo controle da Fragata *Protector* (antiga *Prueba*). Porém, tal fato não ocorreu, e convencido que suas intenções não teriam sucesso, Thomas Cochrane fez vela para Valparaíso em 10 de maio. Tanto a *Protector*, quanto a *Venganza*, rebatizada de *Guayas*, acabaram ficando definitivamente com os peruanos (MELO, 1980).

Tendo seus intentos frustrados, o Vice-Almirante Cochrane ainda permaneceria a serviço da Marinha do Chile por mais alguns meses até o princípio de 1823, quando entregou seu cargo alegando que seus serviços estavam concluídos, pois a ameaça naval espanhola fora totalmente neutralizada. Durante o período em que atuou como Comandante em Chefe da Força Naval chilena, tendo por navio capitânia a Fragata *O'Higgins*, Cochrane contabilizou o apresamento ou destruição de nove navios de guerra espanhóis, dentre os quais as Fragatas *Prueba* e *Venganza*, e a captura de 16 navios mercantes.

Em suas memórias, Cochrane afirma que pesou em sua decisão de deixar o Chile o modo como estava sendo tratado pelas autoridades chilenas, as quais começaram a desconfiar de sua lealdade a Bernardo O'Higgins, diante do movimento opositor encabeçado pelo General Ramón Freire. Segundo o almirante, seu poder de ação estava sendo minado com a retirada de navios de seu controle sob alegação de necessidade de manutenção (COCHRANE, 1859, pp. 250-251; COCHRANE, 2003, p. 38).

Contudo, o destino de Cochrane não seria a Europa. Campanhas navais na América do Sul continuaram nos planos do chefe naval britânico, mas agora não mais no Pacífico e sim no Atlântico, pois Thomas Cochrane recebera um convite do Imperador Dom Pedro, por intermédio de uma carta assinada pelo Cônsul brasileiro em Buenos Aires, Antônio Manuel Correia da Câmara, para que organizasse a Marinha do Brasil e fosse o seu comandante em chefe nas lutas pela independência do país contra os portugueses (COCHRANE, 2003, p. 37).

COCHRANE E A QUESTÃO DAS PRESAS DE GUERRA DA CAMPANHA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em 16 de janeiro de 1823, apenas 12 dias antes da renúncia de O'Higgins como Diretor Supremo do Chile, Thomas Cochrane, juntamente com alguns de seus oficiais e marinheiros, partiu de Valparaíso com destino ao Rio de Janeiro a bordo do Navio *Colonel Allen*, chegando à capital do Império em 13 de março (BITTENCOURT, 2007, p. 91).

Sem dúvida, sua experiência nas lutas pela independência da América Hispânica foi fundamental para seu sucesso nas campanhas navais brasileiras, pois encontrou um cenário com várias semelhanças no Brasil, a saber: I – teve de organizar uma Marinha tendo por meios navais

aqueles provenientes de captura ou de adesão das Forças Navais portuguesas, além de alguns navios adquiridos para a campanha; II – suas tripulações (oficiais e marinhagem) seriam formadas por elementos aderentes à causa da independência, mas também e destacadamente por estrangeiros (na maioria britânicos) contratados pelo governo brasileiro; III – necessitaria navegar longas distâncias para neutralizar os focos remanescentes de forças lusitanas; e IV – teria como principal atuação naval o bloqueio naval e a negação do uso do mar ao inimigo.

Poucos dias após chegar ao Brasil, ocorreram os primeiros desentendimentos do almirante escocês com membros da administração brasileira. Cochrane havia sido convidado para ser o comandante em chefe da Esquadra brasileira e seus vencimentos seriam do mesmo valor do que recebia no Chile, porém, em seu primeiro encontro com o Ministro da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira, foi informado que seus soldos seriam metade desse valor. Além disso, o Decreto Imperial que o nomeara apenas expunha em seu posto o termo "Almirante", o que o fez indagar a Cunha Moreira a sua posição hierárquica na Marinha, tendo em vista que havia outros dois almirantes na Marinha brasileira. A resposta do Ministro da Marinha foi que Cochrane ficaria hierarquicamente abaixo dos dois outros almirantes, mas que não precisaria se preocupar, pois ambos exerceriam apenas atividades administrativas.

Diante das duas informações, Cochrane protestou e afirmou que levaria o caso ao Primeiro-Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, o que de fato fez, informando-o que o convite que lhe fora feito dizia que seus vencimentos seriam equivalentes aos que recebia no Chile e que, enquanto comandante em chefe da Esquadra, não aceitava ficar subordinado a

outros almirantes. Caso nada fosse feito a respeito, partiria imediatamente do Brasil.

Para solucionar o problema, novo Decreto Imperial foi publicado, nomeando Thomas Cochrane como “Primeiro-Almirante”, um posto exclusivamente criado para ele hierarquicamente superior aos demais (nenhum outro oficial da Marinha do Brasil teve tal posto), além disso, seus vencimentos seriam iguais aos percebidos durante o período que servira à Marinha chilena, ou seja, um valor bem maior que os demais almirantes brasileiros recebiam, pois todos os soldos pagos aos militares da Marinha do Brasil eram bastante baixos em comparação ao que era pago no Chile (CASTRO & PEREIRA, 2020, pp. 199-200).

Resolvida essa querela, no dia 21 de março de 1823, a insígnia de Lord Cochrane foi içada na Nau *Pedro Primeiro* e, treze dias depois, em 3 de abril, pôs-se ao mar a Força Naval sob o seu comando com destino à Bahia, a fim de bloquear o porto e combater os navios de guerra portugueses lá fundeados. No Brasil, os focos de resistência portuguesa à independência localizavam-se ao norte do Rio de Janeiro: na Bahia, no Maranhão e no Pará; e ao sul: na Cisplatina (província que na época pertencia ao Brasil, mas que em 1828, após a Guerra Cisplatina, tornou-se a República Oriental do Uruguai). Na Bahia estava o maior número de navios de guerra portugueses, inclusive em quantidade superior aos da Marinha Imperial brasileira. Por tal motivo, esse foi o primeiro destino da Esquadra de Cochrane.

O desempenho da Força Naval comandada pelo primeiro-almirante foi impressionante. Após cerca de seis meses de bloqueios, combates e perseguições, Cochrane e seus comandados haviam conseguido a libertação da Bahia, do Maranhão e do Pará. Em tal campanha foram expulsos do território brasileiro o Exér-

cito português e uma Esquadra numericamente superior, a qual foi perseguida pelo Atlântico quando buscava chegar a Portugal, tendo muitos navios de guerra e mercantes portugueses sido apresados durante a fuga.

O saldo de presas de guerra feito pela Força Naval comandada por Cochrane foi bastante considerável: 78 navios mercantes ou de transporte, 3 navios de guerra, 8 canhoneiras e uma quantidade significativa de propriedades públicas e privadas do Pará e do Maranhão (VALE, 2002).

Ao sul, na Província Cisplatina, não se fez necessário a atuação direta de Cochrane, pois as forças portuguesas em Montevideu eram bem menores e uma Força Naval brasileira que havia sido enviada para combatê-la demonstrava que logo alcançaria êxito, o que se efetivou com a rendição dos portugueses em novembro de 1823 e sua evacuação em março de 1824.

Em 9 de novembro de 1823, Thomas Cochrane foi recebido com festa em seu retorno ao Rio de Janeiro (CAMINHA, 1978, p. 56), chegando, inclusive, a receber do imperador o título nobiliárquico de Marquês do Maranhão, condecorações e votos públicos de agradecimento. Porém, sua principal expectativa voltava-se para um rápido julgamento do Conselho Militar Supremo quanto às indenizações que considerava ter direito por conta de todas as presas que fizera na Campanha.

Tais expectativas embasavam-se em um Alvará Imperial baixado em 30 de dezembro de 1822 que regia o direito às presas de guerra contra propriedades que ostentassem o pavilhão português, feitos por corsários. Porém, isso não se aplicava à Força Naval regular de Cochrane. Independente disso, a regulamentação das presas de guerra no Brasil por parte da Marinha Imperial aproveitava-se da legislação portuguesa sobre o assunto, isto é, dois Alvarás Régios de 1796 e 1797, os

quais eram bem semelhantes às leis britânicas. Nesse sentido, a experiência de Cochrane no recebimento de indenizações de presas de guerra durante as guerras napoleônicas criaram nele e em suas tripulações britânicas grande ansiedade e otimismo quanto aos ganhos que adquiririam no Brasil.

Como desde agosto daquele ano os primeiros navios apresados por Cochrane em campanha já estavam sob guarda do Arsenal de Marinha aguardando julgamento, o Primeiro-Almirante acreditava que na data em que regressaria ao Rio de Janeiro não demoraria muito tempo para receber uma sentença favorável aos seus interesses. Contudo, tal celeridade não ocorreu (VALE, 1973, pp. 64-65).

Enquanto a Esquadra de Cochrane ainda combatia na Bahia, uma série de mudanças políticas estavam ocorrendo no país. Uma facção política ganhava força e apregoava a necessidade de conciliação com os portugueses que haviam decidido por permanecer em território brasileiro. Um grande número de comerciantes portugueses e funcionários públicos civis optou por permanecer no país após a independência e vários desses indivíduos tinham muitas posses e grande influência nos meios políticos brasileiros, de modo que as ameaças às suas propriedades e a de seus compatriotas no Brasil começaram a causar embaraço ao Governo Imperial brasileiro.

Logicamente, as presas de guerra feitas por Cochrane contribuíam para tal embaraço. De modo que pressões políticas colaboraram para a morosidade do Tribunal de Presas em concluir os processos referentes às indenizações aos homens da Esquadra de Cochrane, cuja demora era reforçada pela falta de clareza na legislação, já que não havia leis próprias brasileiras que tratassem da questão, fazendo-se uso, como já mencionado, de leis portuguesas.

As disputas políticas entre as facções denominadas de Partido Português e Partido Brasileiro desembocaram na dissolução da Assembleia Nacional Constituinte de 1823 pelo imperador e na troca de todo o seu gabinete de ministros. Todos os novos ministros e conselheiros de Estado nomeados eram brasileiros natos, contudo, pertencentes à facção moderada que almejava uma política de conciliação nacional.

Assim, durante o julgamento da questão das presas, o Conselho Militar Supremo fixou-se em cada pequena sutileza legal que pudesse comprometer a integridade do pedido de direito à indenização feita por Cochrane e várias das presas começaram a ser restituídas a seus antigos donos sob alegação de ilegalidade no modo como os apresamentos foram realizados. A maioria dos navios mercantes foi liberado, pois a lei regia que os navios capturados no porto ou a duas léguas da costa não podiam ser considerados presas. As propriedades apresadas no Maranhão tiveram seu direito de indenização negado devido ao tribunal ter considerado que tal território nunca pertencera ao inimigo, mas que estava apenas sob ocupação temporária deste. Já os navios de guerra capturados foram considerados como pertencentes à Coroa Imperial, não havendo direito de presa aos seus captores.

No início de 1824, o Tribunal de Presas já havia indeferido metade do valor dos pedidos de direito de presas de guerra feitos por Cochrane, o que fez a impaciência original do primeiro-almirante transformar-se em cólera e total desconfiança no Conselho Militar Supremo e nos ministros e conselheiros de Estado de Dom Pedro. No dia 2 de fevereiro de 1824, Thomas Cochrane emitiu por escrito um vigoroso protesto contra as decisões do tribunal, além de fazer severas acusações aos seus membros, os quais, segundo Cochrane, por ter nove de seus treze membros de

nacionalidade portuguesa, estariam julgando de modo parcial, favorecendo seus compatriotas e traindo os interesses do governo brasileiro.

As tensões elevadas geraram preocupação ao Governo Imperial, pois havia rumores da organização de preparativos de uma expedição de reconquista portuguesa e, ao mesmo tempo, chegavam informações do surgimento de um movimento republicano separatista ao norte do Império que se fortaleceu com a dissolução da Assembleia Constituinte pelo imperador. Tais rumores e informações requeriam que o Brasil mantivesse uma Esquadra forte e leal, assim, se fazia necessário um rápido acordo com Thomas Cochrane.

Em 23 de fevereiro de 1824, um Decreto Imperial foi publicado com a finalidade de encerrar as querelas das presas. O Tesouro Nacional se comprometia a pagar o valor de todas as presas liberadas por terem sido consideradas ilegais a Cochrane e seus homens, de modo que se poderia continuar com a política de devolução das propriedades portuguesas. Amainados os ânimos, Cochrane organizou uma Força Naval composta por quatro navios de guerra e em 3 de março remeteu-a a Pernambuco para intimidar os possíveis separatistas republicanos.

Porém, o Governo Imperial estava com sérias restrições orçamentárias, o que comprometia o pagamento das demandas das presas de guerra. A dívida nacional aumentara nos últimos meses, alcançado a cifra de mais de dois milhões de Libras e os valores requeridos por Cochrane, cerca de £200.000, eram quase da mesma monta que toda a despesa naval que o Império tivera com a Marinha em 1823: £220.000. Visando minorar sua situação financeira, o Governo Imperial aguardava a liberação de um empréstimo proveniente de Londres no valor de 3 milhões de Libras.

Inconsciente ou indiferente ao quadro financeiro do Império, o Marquês do

Maranhão formalmente e reiteradamente protestou ao governo o pagamento dos valores prometidos em cartas escritas em 20 de março, 30 de março e 3 de maio, as quais foram respondidas garantindo a boa-fé do governo e reafirmando a promessa de que os valores seriam pagos.

As desconfianças de Thomas Cochrane continuaram e sua indignação aumentava à medida que o Tribunal de Presas, além de continuar decidindo pela devolução dos bens aos seus antigos donos, começara a multar alguns comandantes de nacionalidade britânica sob as ordens de Cochrane, por haverem cometido possíveis irregularidades durante as capturas.

A relação entre o primeiro-almirante e o Governo Imperial deteriorava-se rapidamente, com acusações anônimas de lado a lado sendo publicadas na imprensa local, além do surgimento de boatos sobre uma possível detenção de Cochrane em curso de ser efetivada. Visando novamente acalmar o almirante escocês, uma série de atos administrativos foi baixada em julho daquele ano, por exemplo: acréscimo no valor dos soldos aos marinheiros estrangeiros, promessa a Cochrane de permanecer na Marinha do Brasil por quanto tempo desejasse e, após sua resignação, pagamento de meio soldo pelo resto de sua vida e pagamento adiantado de £40.000 das 200 mil Libras reivindicadas pelas presas do ano anterior.

Poucos dias depois, chegaram notícias ao Rio de Janeiro que algumas Províncias do Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), de fato haviam iniciado uma rebelião republicana e separatista que ficou conhecida como Confederação do Equador. Visando debelar a insurreição, em 2 de agosto, Cochrane pôs-se ao mar com destino ao foco da rebelião, com três navios de guerra e dois navios-transporte, levando 1.200 homens de infantaria, que se juntariam aos

oito navios de guerra já bloqueando Pernambuco. Coincidentemente, no mesmo dia, após a partida de Cochrane, chegou ao Rio de Janeiro o navio inglês² com a primeira parte do empréstimo feito pelo governo brasileiro (VALE, 1973, p. 72).

Em novembro de 1824, a rebelião republicana foi finalmente vencida, e mesmo tendo recebido ordens para retornar ao Rio de Janeiro, Cochrane partiu do Ceará para o Maranhão justificando seu ato pela necessidade de pacificar aquela província que sofria com conflitos entre facções políticas rivais, sendo tais conflitos ainda resultantes da adesão da região ao Império do Brasil no ano anterior.

Mesmo no Maranhão, o primeiro-almirante continuou enviando solicitações ao Rio de Janeiro para a execução do pagamento dos valores pendentes relativos às presas de guerra. Em fevereiro de 1825, o pagamento ainda não havia sido feito, além disso, há quatro meses as tripulações não recebiam seus soldos, o que foi sanado com valores pecuniários provenientes da Junta Governativa do Maranhão, que havia sido estabelecida por intervenção do próprio Cochrane.

Descrente do pagamento por parte do Governo Imperial dos valores que considerava seus por direito com relação às presas de guerra, aliado ao fato de sentir-se afadigado e injustiçado pelas crescentes acusações a respeito de suas ações no Maranhão, publicadas na imprensa do Rio de Janeiro, o primeiro-almirante tomou uma decisão totalmente inesperada pelo governo brasileiro.

Em 18 de maio de 1825, com sua insígnia içada na Fragata *Piranga*, pois havia remetido a Nau *Pedro Primeiro* ao Rio de Janeiro, Thomas Cochrane partiu do Maranhão com destino à Inglaterra sem haver pedido autorização ao imperador. Pela primeira vez um navio ostentando a bandeira brasileira foi saudada em uma

nação estrangeira, mas tal fato não foi suficiente para minorar a má impressão causada pelo ato do primeiro-almirante em alguns círculos do governo brasileiro.

Uma nova fase de conflitos teve início com o Governo Imperial brasileiro acusando Cochrane de deserção e exigindo a devolução dos valores recebidos no Maranhão. Por sua vez, Thomas Cochrane negava que desertara e requeria o cumprimento das promessas de pagamento pelas presas de guerra. Somente em 1827, mesmo recolhido em sua propriedade na Escócia desde 1825, Cochrane foi oficialmente demitido do Serviço na Armada brasileira.

Mesmo assim, a disputa judicial pelas presas de guerra feitas no Brasil prosseguiu e só teve um desfecho em 1873, ou seja, cinquenta anos após o início da querela e treze anos após a morte de Lord Cochrane, tendo havido a necessidade de arbitragem internacional dos embaixadores dos Estados Unidos e da Itália, diante do desacordo entre o tribunal brasileiro e o filho de Cochrane. O herdeiro de Cochrane recebera, em 1865, £9.450 referentes ao caso, mas alegava ter direito a mais £77.750. Assim, com a participação dos árbitros internacionais, em 1873 foi finalmente decidido que como quitação final da dívida o governo brasileiro deveria pagar ao filho de Cochrane mais £38.675, o que foi cumprido (MUNIZ, 2005, p. 51).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que os casos envolvendo Thomas Cochrane e as supostas presas em Guayaquil – Fragatas *Prueba* e *Venganza* – e a querela dos direitos às presas de guerra na campanha de independência do Brasil nos trazem inúmeras possibilidades de discussão a respeito das similaridades que envolveram os processos de independência na América. Além da presença comum de alguns sujeitos históricos e das similaridades de estratégias

navais empregadas, surgem aos olhos dos historiadores conflitos resultantes de fatores políticos, culturais, econômicos e sociais.

Muitos aspectos contribuíram para que os acontecimentos se dessem daquele modo: desde as transformações políticas ocorridas em Guayaquil, Chile, Peru e Brasil, passando pelas condicionantes econômicas, e chegando até as características comportamentais de Thomas Cochrane, um brilhante, mas sempre desconfiado e imprevisível chefe naval.

Sem fazer juízos de valor quanto às demandas de Cochrane às suas presas de guerra no Pacífico e no Atlântico, encerramos este artigo atentando para outro fator, que foi o modo como a Junta de Governo de Guayaquil e o Governo Imperial brasileiro se portaram diante da pressão exercida pelo almirante britânico. Mesmo temerosos das funestas consequências de desafiar os interesses do homem que fora fundamental na liderança das Forças Navais que propiciaram a independência destes territórios da Espanha e de Portugal, tanto a Província Livre de Guayaquil como o Império do Brasil buscaram, na medida de suas possibilidades, apresentar-se como detentores da autonomia que deveriam ter Estados independentes, mesmo que para tal, tivessem usado de artimanhas e manobras permitidas pela legislação, tal qual o próprio Cochrane fizera durante suas exitosas campanhas navais.

REFERÊNCIAS

ARANA, Diego Barros. *Historia General de Chile*. Tomo XIII. Santiago: Editorial Universitaria, 2005.

BITTENCOURT, Armando de Senna. Da Marinha de Portugal forma-se uma Marinha para o Brasil 1807 a 1823. In. *Revista Marítima Brasileira*. V. 127. N. 10-12. Rio de Janeiro, Out-Dez, 2007.

CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.

CAMINHA, João Carlos. A guerra de independência. In. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. N. 14. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, jun. 1978.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha & PEREIRA, José António Rodrigues (Orgs.). *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020.

COCHRANE, Thomas. *Narrativas de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

_____. *Servicios navales que en libertar al Chile y al Perú de la dominación española rindió el Conde de Dundonald*. Londres: Imprenta de T. Brettell, 1859.

MARIZ, Vasco. Lord Cochrane, o turbulento Marquês do Maranhão. In. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 1, N. 1. Rio de Janeiro, Jan-Jun 2005.

MELO, Rosendo. *Historia de la Marina del Perú*. Vol. 1. Callao: Museo Naval del Perú, 1980.

MUNIZ, Petrônio R. G. Questão das presas. In. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 1, N. 1. Rio de Janeiro, Jan-Jun 2005.

VALENZUELA, Benjamín Rosales. *El 9 de Octubre de 1820 y la guerra por la independencia de Quito*. In. *Revista del Instituto de Historia Marítima*. N. 65. Guayaquil, dez. 2019.

VALLE, Brian. O Almirante Cochrane e a questão das presas. In. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. N. 8. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, dez. 1973.

_____. A criação da Marinha Imperial. In. *História Naval Brasileira*. Terceiro Volume, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

_____. A ação da Marinha nas guerras da independência. In. *História Naval Brasileira*. Terceiro Volume, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

VILLAMIL, José [et al.] (Orgs.). *La independencia de Guayaquil: 9 de octubre de 1820*. Guayaquil: Banco Central del Ecuador, 1983.

NOTAS

¹ THOMAS Alexander Cochrane. *Armada de Chile*, 16 jan. 2014. Disponível em: armada.temporal.avz.cl/tradicion-e-historia/biografias/c/thomas-alexander-cochrane . Acesso em: 26 nov. 2021

² HMS *Sparrowhawk*.